

WORKSHOP SOBRE O HUAMBO

HUAMBO, NOVOS TEMPOS  
NOVOS DESAFIOS!

HUAMBO, 8 A 9 DE OUTUBRO DE 2003

“ HUAMBO E OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA  
NAÇÃO ANGOLANA:

PASSADO, PRESENTE E FUTURO”

TEMA: APRESENTADO POR:  
ALMERINDO JAKA JAMBA

## TÓPICOS

I- A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO EM  
ÁFRICA

II- CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO  
ANGOLANA: O CASO DE ANGOLA

1-A COLONIZAÇÃO E AS TENTATIVAS DE  
INTEGRAÇÃO ASSIMILACIONISTA

2-O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E  
A EXPRIÊNCIA AGLUTINADORA

3-O SISTEMA DE PARTIDO ÚNICO E A UTOPIA  
LIBERTÁRIA

4-A INSTAURAÇÃO DO MULTIPARTIDARISMO: OS  
NOVOS DESAFIOS

III- OS NOVOS DESAFIOS

1- A PAZ E A ESTABILIDADE NACIONAL

2- A DEMOCRATIZAÇÃO

3- A FORMAÇÃO DO HOMEM



## **A Questão da Construção da Nação em África**

Provérbio em Língua Nacional Umbundo:  
“ Nda wa pumba onjevo, okateye ohonji,  
Kalunga hati kalale”

Tradução “ Quando fores à caça se não  
tiveres sucesso, não partas a azagaia o  
Destino recomenda repousar e retomar no  
dia seguinte”

A questão da construção da Nação em África é um dos temas mais pertinentes e fascinantes para todos os que se têm preocupado em compreender, repensar e reconstruir o continente Africano.

Na definição clássica do conceito, uma Nação é um conjunto de pessoas na maior parte das vezes fixada num determinado território, ligado por tradições históricas, uma língua, costumes e instituições comuns.

Projectando as referenciais definidoras da Nação para o Continente Africano ao Sul de Sahará, constata-se a existência duma multiplicidade de elementos.

A quase totalidade dos Países que emergiram do período pós - colonial apresentam uma multiplicidade de

elementos, uma diversidade étnica, cultural, linguística, racial e religiosa.

Com o advento das independências africanas um dos desafios que se colocou as lideranças africanas foi a tarefa de levar a cabo um processo de construção da Nação.

O programa de construção da Nação em África que prevaleceu na era das independências, consistiu na assunção de que a diversidade das identidades étnicas era por inerência negativa e obstrucionista e que para haver sucesso na construção da nação era preciso que as diferentes identidades fossem erradicadas, submersas ou subordinadas à identidade do grupo ou de grupos que dominam o poder do estado.

Imediatamente após a independência muitos governos africanos abandonaram a base pluripartidária a partir da qual a independência tinha sido atingida da colonização e adoptaram o sistema de partido único ou enveredaram por ditaduras militares.

Tanto os partidos únicos como as ditaduras militares que dominaram a cena política de então encetaram esforços para a construção de um estado unitário.

Sob o ponto de vista ideológico, uma variedade de ideologias unificadoras foram inventadas das quais podemos referir a “autenticidade” de Mobutu, a “o

socialismo Ujamaa” de Nyerere, as variantes do socialismo africano de Sekou Touré e de Kwame Nkrumah, o humanismo Africano de Kaunda e o “Harambee” de Jomo Kenyata de entre outras. Também houve tentativas de consagrarem o culto de personalidade dos Pais das independências considerados como possuidores de qualidades muito especiais. Vários títulos foram inventados para consagrarem uma espécie de messianismo. A título de exemplo podemos citar alguns desses títulos tais como: “ Osagyefo” para Kwame Nkrumah do Gana “ Mwalimu” para o Tanzaniano Julius Nyerere,” Mzee” para o líder do Kenya Jomo Kenyata “Le vieux” para o Presidente Houphouet-Boigny da Costa do Marfim, o “Grande Syli” para o guinenense Sekou Touré. As lideranças africanas de então consideraram a diversidade étnica, linguística, cultural e religiosa como fonte de fraqueza. Dali os esforços para a homogeneização.

Volvidos quase cinco décadas desde que as independência começaram a ter lugar uma nova atitude está emergindo na abordagem do papel dos factores étnicos, culturais, linguísticos e religiosos.

O legado de décadas de autoritarismo, de longa crise económica e de exclusão tem levado os analistas a argumentarem que a tendência que prevaleceu em considerar-se o pluralismo étnico, cultural e religioso como sendo incompatível com o objectivo da construção da nação é um erro. Longe de suprimir as formas de

consciência étnicas e religiosa o estado pós-colonial deve ser reestruturado para simultaneamente transcender e incorporar o pluralismo socio-cultural que prevalece em muitos países africanos.

Como bem sublinha o politólogo Nigeriano Adebayo Olukoshi no seu interessante estudo sobre “Os desafios para a construção do estado-nação em África”, para todos os esforços que visam promover a unidade nacional e apoiar a identidade cívica em África é preciso ter em conta entre outras coisas os seguintes ingredientes:

- a) Formas mais representativas de governo
- b) Autonomia cultural para os grupos minoritários
- c) Pluralismo eleitoral
- d) A reinvenção do “ contrato social pós colonial “
- e) A devolução do poder

## II- Caminhos para a Construção na Nação em África: O Caso de Angola

No espaço geográfico do actual território de Angola habita até aos nossos dias uma população heterogénea constituída por vários grupos etnolinguísticos. Algumas destas comunidades históricas antes da colonização portuguesa estavam organizadas em estados mais ou menos centralizados, o caso do Reino do Kongo e numa certa medida o Reino do Ndongo. No caso por exemplo dos estados do Planalto Central nomeadamente os Reinos de Huambo, Viye, Mbalundu, Ndulu, Ngalangue, Chiyaka

Ekekete entre outros, os grupos coexistiam de forma relativamente pacífica sem evidentes relações de dominação entre eles. Noutras parcelas do actual território de Angola as comunidades históricas fundaram outros reinos. Africano, Angola também apresenta uma evidente diversidade étnica, cultural, linguística, racial e religiosa.

Relativamente às iniciativas encetadas para a construção da nação no âmbito político-cultural podemos fazer referencia de quatro momentos:

- 1- A colonização e as tentativa de integração assimilacionista.
- 2- O movimento de libertação nacional e a experiência aglutinadora
- 3- O sistema de partido único e a utopia libertária
- 4- Instauração do multipartidarismo e os novos desafios

- 1- A colonização e a Tentativa de Integração Assiomilacionista

Após a Conferencia de Berlim ( 1884-1885) Portugal foi impelido a ocupar efectivamente os territórios de que reivindicava a presença em África.

A partir então, os exércitos de ocupação colonial, conquistaram a ferro e fogo as diferentes nações africanas. Em seguida os portugueses conceberam as colónias como territórios ultramarinos. Nas colónias portuguesas um africano só podia ser considerado “ civilizado” se falasse a língua portuguesa e rejeitasse todos os costumes e

tradições tribais. Assim através de uma política de assimilação forçada da língua portuguesa e dos valores da tão propalada “portugalidade” a política assimilacionista colonial procurou matar no ovo as afirmações identitárias africanas, nomeadamente as línguas africanas e o modelo africano tradicional da concepção do mundo e da vida

## 2- O Movimento de Libertação Nacional e a Experiência Aglutinadora.

A luta de libertação nacional em Angola foi sem sombra de dúvida uma das iniciativas históricas mais importante levadas a cabo pelos povos africanos em geral e pelos Angolanos em particular na segunda metade do século XX. a luta de libertação em Angola teve a sua expressão modernista nos movimentos de libertação nacional nomeadamente a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA ( União Nacional para a Independência Total de Angola).

Face a intransigência do regime colonial fascista de Salazar em reconhecer as reivindicações legítimas dos povos das colónias quanto ao seu direito a autodeterminação e independência, os combatentes da liberdade foram obrigados a desenvolver uma guerra de guerrilhas.

Os guerrilheiros tiveram de aprofundar o seu conhecimento sobre as línguas, as tradições e os costumes de diversos grupos étnicos para terem um maior sucesso na sua acção mobilizadora.

Em conformidade com do a máxima Mão Tsé Tung o guerrilheiro tinha de se relacionar com o povo como o peixe na água.

O guerrilheiro tinha de ir junto povo, conviver com o povo e construir a partir daquilo que o povo possui.

A luta de libertação anti-colonial foi uma experiência sui -géneris na história recente de Angola, porque colocou aos combatentes da liberdade o desafio de a partir da diversidade cultural étnica linguística, racial e religiosa lançar as bases da construção de uma nova nação.

### 3- O Sistema de Partido Único e a Utopia Libertária

A vida política angolana de 1975-1990 caracteriza-se pela instauração do sistema do partido único de inspiração marxista leninista.

Durante o período da guerra de libertação nacional os movimentos de libertação tiveram de desenvolver uma experiência de coabitação e convivência entre vários grupos étnicos.

No período da consagração do sistema do partido único a vida política e filosófica foi dominada pela ideologia marxista leninista, tendo como objectivo principal o surgimento do " "Homem Novo".

Nesta fase da história de Angola observou-se uma forte perseguição política a todos os credos políticos diferentes da ideologia do partido único; no plano religioso com o pressuposto marxista de que a "religião é o ópio do povo" as Igrejas conheceram uma coabitação difícil com o poder, por causa da intolerância tendo-se também verificado o confisco de muitas propriedades da Igreja.

Foi um período em que buscou-se homogeneizar a diversidade através da ideologia marxista leninista.

#### 4- A Instauração do Multipartidarismo e os Novos Desafios

A construção da Nação Angolana é um grande e exaltante empreendimento. Exige das elites políticas e intelectuais visão, rigor intelectual, e criatividade na identificação das variáveis determinantes e permitir que a oportunidade histórica que surgiu com a instauração do multipartidarismo seja de facto um arrancada irreversível para construção duma nação moderna em Angola. É nossa profunda convicção considerar que das varias variáveis determinantes para construção da nação

angolana três devem merecer uma atenção especial, nomeadamente:

- 1- A paz e a estabilidade nacional
- 2- A democratização
- 3- A formação do homem

### 1- A Paz e a Estabilidade Nacional

O ciclo de fazer-se a política com as armas parece ter terminado em Angola com os entendimentos do Luena assinados a 4 de abril de 2002.

A partir de então esta prevalecendo o principio de se fazer a política com as armas da política. Contudo seja qual for a diligencia a ser levada acabo, a Paz continua a ser, a condição “Sine qua non” para se edificar o que quer que seja.

É verdade que a paz não é só o calar das armas. A paz é um processo mais complexo e englobante e envolve bases políticas, económicas, sociais e culturais.

A construção da paz não se esgota só na implementação do processo de paz mas sim terá de ser continuada.

A paz tem de ser construída. É preciso institucionalizar-se a cultura da paz, do dialogo e de reconciliação nacional.

## 2- A Democratização.

Outra variável determinante para construção da nação moderna no continente africano em geral e para Angola em particular continua sendo a questão da democratização.

Depois do desmoronamento dos países do ex-bloco de Leste e da queda do Muro de Berlim os ventos da democratização tem soprado de tal maneira nos países do Continente Africano que um conceituado jornalista britânico Collin Legum no seu livro “África depois das independências” chegou de considerar as iniciativas de democratização como sendo a “segunda libertação” do continente africano.

A Democracia são princípios, e valores e o grande desafio que se levanta hoje continua sendo a questão de como as lideranças africanas vão aplicar os princípios democráticos à sua própria realidade.

A justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, e a participação, de entre vários, são princípios democráticos consagrados universalmente.

No caso de Angola temos de reconhecer que apesar de todas as limitações, é a Democracia multipartidaria que esta estabilizando politicamente o país. Contudo como bem alerta Larry Diamond, “A democracia significa algo mais do que a simples realização de eleições ainda que frequentes, livres e justas.

A democracia requer a inexistência de «domínios reservados» às Forças Armadas e a outras forças sociais e políticas que não sejam responsabilizadas perante o eleitorado. Requer igualmente um sistema «horizontal» de responsabilização recíproca dos detentores de cargos públicos, destinado a restringir o poder executivo e a proteger o constitucionalismo, o Estado de direito e o processo deliberativo.

É neste contexto que podemos afirmar que as iniciativas de democratização em África só surtirão o efeito desejado se houver uma consolidação e aprofundamento do processo democrático.

## 2- A Formação do Homem

A formação do homem é indubitavelmente uma das grandes apostas na construção da Nação em Angola.

Quando melhor e mais seriamente se planificar e se investir na educação em termos de recursos financeiros e humanos, melhor e mais sólidas serão as bases para uma profunda e ampla justiça social.

Às desigualdades sociais e regionais serão mais reduzidas, haverá maior equilíbrio nas relações de género e melhor será assegurado o acesso á educação, saúde, trabalho e justiça.

A educação é a formação integral que assenta em quatro pilares ou campos de saberes: saber ser, saber conhecer, saber fazer e saber viver juntos.

É uma formação que visa as vertentes científico-tecnológica, a humanística e artística.

O Huambo, cidade situada no planalto central de Angola, terá de participar como demais núcleos urbanos do nosso País neste empreendimento exaltante de se construir as bases duma Nação moderna em Angola. As suas elites políticas e intelectuais terão de partilhar com outras elites a visão, o rigor intelectual, a criatividade que permitam que a Paz alcançada, a democracia multipartidária e a Formação do Homem sirvam de alavancas propulsoras da construção duma Nova Nação.

## **Bibliografia**

- Van Der Walt, B.J 2003. Understanding and Rebuilding Africa.
- Legun, Colin 1999. Africa Since Independence
- Diamond, Larry 1996. The Global Resurgence of Democracy
- Fundação Mário Soares 2000. A Invenção Democrática
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa 1989. A Construção da Nação em África
- Lei Constitucional da República de Angola